

ALAN MOREIRA LOPES
KEILA DOS SANTOS
TARCISIO TEIXEIRA

DIREITO DIGITAL

TEORIA E PRÁTICA

INCLUI:

- TECNOLOGIA PARA ADVOGADOS E PROFISSIONAIS DO DIREITO;
- DIREITO PARA PROFISSIONAIS DA TECNOLOGIA;
- CONTRATOS DIGITAIS E SMART CONTRACTS;
- BLOCKCHAIN E CRIPTOMOEDAS;
- CRIMES DIGITAIS;
- LGPD (LEI 13.709/18) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO;
- DIREITO DIGITAL DO TRABALHO;
- DIREITO DO CONSUMIDOR DIGITAL;
- DIREITO EMPRESARIAL DIGITAL;
- DIREITO E VÍDEO GAMES - VIDEO GAME LAW (E-SPORTS);
- DIREITO DO YOUTUBE;
- DEEP WEB.



tirant
lo blanch

São Paulo
2021



Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Natália Carrascoza Vasco

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

L85 Lopes, Alan Moreira
Direito digital : teoria e prática / Alan Moreira
Lopes, Keila Dos Santos, Tarcisio Teixeira. – 1.ed. –
São Paulo : Tirant lo Blanch, 2021.
236 p.

ISBN: 978-65-5908-012-0

1.Direito digital. 2. Tecnologia e direito. I. Título.

CDU: 34::681.324

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9 610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com

www.tirant.com.br - www.editorial.tirant.com.br/

SUMÁRIO

RESUMO	13
--------------	----

PARTE I

TECNOLOGIA PARA ADVOGADOS E PROFISSIONAIS DO DIREITO ...	15
--	----

1. A NECESSIDADE DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS PARA ADVOGADOS E PROFISSIONAIS DO DIREITO DIGITAL.....	15
---	----

1.1 ELETRÔNICA	16
----------------------	----

1.1.1 A BASE DA TECNOLOGIA MODERNA, DA COMPUTAÇÃO E DA INFORMÁTICA	17
--	----

1.1.2 EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS UTILIZADOS PARA A PRÁTICA DE CRIMES.....	18
---	----

1.1.3 SINAIS ELETRÔNICOS (ANALÓGICOS E DIGITAIS)	20
---	----

1.1.4 CORRENTE E TENSÃO ELÉTRICA.....	21
---------------------------------------	----

1.1.5 COMPONENTES ELETRÔNICOS.....	22
------------------------------------	----

1.1.5.1 RESISTORES.....	22
-------------------------	----

1.1.5.2 CAPACITORES.....	23
--------------------------	----

1.1.5.3 DIODOS.....	24
---------------------	----

1.1.5.4 TRANSISTORES	24
----------------------------	----

1.1.6 ELETRÔNICA DIGITAL	26
--------------------------------	----

1.1.6.1 PORTAS LÓGICAS DIGITAIS	26
---------------------------------------	----

1.1.7 OS COMPONENTES ELETRÔNICOS COMO MEIO DE PROVA	28
---	----

1.2 INFORMÁTICA E NOVAS TECNOLOGIAS	29
---	----

1.2.1 O COMPUTADOR.....	29
-------------------------	----

1.2.2 COMO FUNCIONA UM COMPUTADOR.....	30
--	----

1.2.3 SISTEMAS OPERACIONAIS.....	31
----------------------------------	----

1.2.3.1 MICROSOFT WINDOWS	32
---------------------------------	----

1.2.3.2 LINUX.....	34
--------------------	----

1.2.3.3 MAC OS	35
----------------------	----

1.2.4 O SOFTWARE E AS LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO ..	36
--	----

1.2.5 BANCOS DE DADOS	37
-----------------------------	----

1.2.6 REDES DE COMPUTADORES.....	38
1.2.7 FIBRAS ÓPTICAS	39
1.2.8 PROTOCOLOS DE REDE.....	40
1.2.8.1 MODELO OSI (OPEN SYSTEMS INTERCONNECTION)	41
1.2.9 O PROTOCOLO TCP/IP	41
1.2.9.1 ENDEREÇAMENTO IP	43
1.2.10 COMO IDENTIFICAR O ENDEREÇO IP DE UM COMPUTADOR.....	44
1.2.11 SERVIÇOS DE REDE.....	44
1.2.12 A INTERNET.....	45
1.2.13 COMO FUNCIONA A INTERNET.....	45
1.2.14 DIFERENÇAS ENTRE PROVEDOR DE BACKBONE, CONEXÃO, DE HOSPEDAGEM E DE CONTEÚDO	46
1.2.15 O QUE FAZ O CGI (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL)	47
1.2.16 NIC.BR.....	48
1.2.17 WI-FI (IEEE 802.11).....	48
1.2.18 CRIPTOGRAFIA	49
1.2.19 (IOT) INTERNET DAS COISAS E (IOE) INTERNET DE TUDO	49
1.2.20 BIG DATA.....	50
1.2.21 DATA MINING – MINERAÇÃO DE DADOS	51
1.2.22 CLOUD COMPUTING	51
1.2.23 ARRANJOS DE PAGAMENTOS.....	52

PARTE II

DIREITO PARA PROFISSIONAIS DA TECNOLOGIA.....	55
2. O ESSENCIAL DO DIREITO.....	55
2.1 O QUE É O DIREITO?.....	55
2.2 O QUE É LEI? COMO É CRIADA UMA LEI NO BRASIL?	56
2.3 QUAIS OS TIPOS DE LEIS NO BRASIL? EXISTE HIERARQUIA?	57
2.4 COMO FUNCIONA O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL?	62
2.5 O QUE SÃO INSTÂNCIAS E TRIBUNAIS SUPERIORES?.....	63
2.6 COMO CONSULTAR UM PROCESSO JUDICIAL PELA INTERNET?.....	63

2.7 O QUE É UMA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL E PARA QUE SERVE?	63
2.8 O QUE É PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO?	63
2.9 MEIOS ALTERNATIVOS AO PROCESSO JUDICIAL/ ADMINISTRATIVO PARA QUEM QUER RESOLVER UM IMPASSE	64
2.10 QUAL A DIFERENÇA ENTRE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM? ...	64
3. DIREITO CONSTITUCIONAL NA ERA DIGITAL.....	65
3.1 O QUE É DIREITO CONSTITUCIONAL?.....	65
3.2 A IMPORTÂNCIA PRÁTICA DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	65
3.3 PORQUE O BRASIL É CONSIDERADO UMA REPÚBLICA FEDERATIVA CONSTITUCIONAL?	65
3.4 O QUE É A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA?.....	66
3.5 QUEM ELABOROU A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA EM VIGOR E COM QUE AUTORIDADE FEZ ISSO? ..	66
3.6 O QUE SIGNIFICA DIZER:“O BRASIL É UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO?	66
3.7 QUAIS SÃO OS PODERES DA REPÚBLICA E AS SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES?	67
3.8 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA PODE SER ALTERADA?	69
3.9 QUEM PROTEGE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA ?	69
3.10 PORQUE É IMPORTANTE CONHECER A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA?.....	69
3.11 COMO FUNCIONA O CONGRESSO NACIONAL?	70
3.12 O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM OS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS?.....	70

PARTE III

DIREITO DIGITAL	71
4. INTRODUÇÃO AO DIREITO DIGITAL	71
4.1.1 O QUE É O DIREITO DIGITAL?.....	71
4.1.2 INTRODUÇÃO AOS ASPECTOS TÉCNICOS DO DIREITO DIGITAL	72
4.1.3 A ADVOCACIA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	74

5. OS TRIBUNAIS BRASILEIROS E A INTERNET	75
5.1 PROVAS DIGITAIS	75
5.2 JURISPRUDÊNCIA NA ERA DIGITAL	78
5.3 COMPETÊNCIA JURISDICIONAL E TERRITORIAL NA INTERNET	81
5.4 NEGÓCIOS CELEBRADOS PELA INTERNET	84
5.5 CONFLITOS ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA INTERNET	85
6. BLOCKCHAIN E CRIPTOMOEDAS	89
6.1 O QUE É BLOCKCHAIN	89
6.2 COMO O BLOCKCHAIN FUNCIONA.....	93
6.3 ASPECTOS JURÍDICOS DO BLOCKCHAIN.....	99
6.4 BLOCKCHAIN – CASOS PRÁTICOS.....	101
6.5 MOEDAS DIGITAIS, VIRTUAIS E CRIPTOMOEDAS	103
6.6 BITCOIN	105
7. CONTRATOS DIGITAIS E SMART CONTRACTS.....	107
7.1 O QUE SÃO OS CONTRATOS DIGITAIS?	107
7.3 CONTRATOS DIGITAIS POR ADESÃO	114
7.4 ASSINATURA DIGITAL E ELETRÔNICA.....	115
7.5 CONTRATOS DIGITAIS SÃO TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS?	116
7.6 O QUE SÃO SMART CONTRACTS?.....	117
7.6.1 QUESTÕES JURÍDICAS SOBRE OS SMART CONTRACTS	121
8. CRIMES DIGITAIS – CIBERCRIMES.....	125
8.1 CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES DIGITAIS	126
8.2 LEI 12.737/2012 – LEI CAROLINA DIECKMANN	127
8.3 PERÍCIA CRIMINAL ELETRÔNICA	135
8.4 COMO DENUNCIAR UM CRIME DIGITAL	139
8.5 COMPETÊNCIA TERRITORIAL DOS CRIMES DIGITAIS ...	140
8.5.1 CALÚNIA PELA INTERNET	143
8.5.2 FURTO PELA INTERNET	144
8.5.3 BRASILEIRO QUE COMETE CRIME DIGITAL EM TERRITÓRIO NACIONAL COM REPERCUSSÃO EM OUTRO PAÍS.....	144

8.5.4 ESTRANGEIRO QUE COMETE CRIME DIGITAL NO BRASIL.....	145
8.5.5 DIVULGAÇÃO DE IMAGENS PORNOGRÁFICAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELA INTERNET	145
9. DIREITO DIGITAL, LGPD (LEI 13.709/18) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	149
9.1 O QUE É SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	149
9.2 PILARES DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	150
9.3 ATAQUES DIGITAIS.....	151
9.3.1 VÍRUS.....	151
9.3.2 MALWARE	151
9.3.3 RANSOMWARE	151
9.3.4 SPOOFING	151
9.3.5 TROJAN	151
9.3.6 SPYWARE	151
9.3.7 WORMS	151
9.3.8 ADWARE.....	152
9.3.9 CAVALO DE TRÓIA.....	152
9.3.10 DOS – DENIAL OF SERVICE	152
9.3.11 DDOS – DISTRIBUTED DENIAL OD SERVICE.....	152
9.3.12 BRUTE FORCE	152
9.3.13 ZERO DAY.....	152
9.3.14 DMA.....	152
9.3.15 EAVESDROPPING.....	152
9.3.16 MANIPULAÇÃO DE URL	153
9.3.17 PHISHING	153
9.3.18 DECOY.....	153
9.3.19 SHOULDER SURFING	153
9.3.20 BLUEJACKING	153
9.3.21 BLUESNARFING	153
9.3.22 ESCALONAMENTO DE PRIVILÉGIOS	153
9.4 ENGENHARIA SOCIAL	153
9.5 NORMAS PARA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – SÉRIE 27000	155
9.6 LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	156
9.6.1 LEI 7.170/1983 – LEI DE SEGURANÇA NACIONAL.....	156

9.6.2	DECRETO 3.505/2000.....	156
9.6.3	DECRETO 3.505/2000.....	156
9.6.4	MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2/2001 ICP-BRASIL.....	157
9.6.5	RESOLUÇÃO Nº 6 DE 22.11.2001.....	157
9.6.6	DECRETO 4.414/2002.....	157
9.6.7	RESOLUÇÃO Nº 16 DE 10.06.2002.....	157
9.6.8	RESOLUÇÃO Nº 20 DE 08.05.2003.....	157
9.6.9	RESOLUÇÃO Nº 29 DE 29.01.2003.....	157
9.6.10	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LEI 12.527/2011 ...	157
9.6.11	LEI DE CRIMES INFORMÁTICOS – LEI 12.737/2012 ...	157
9.6.12	DELEGACIAS ESPECIALIZADAS – LEI 12.735/2012	157
9.6.13	DECRETO 9.637/2018 – PNSI (POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	158
9.6.14	DECRETO 10.222/2020 E-CIBER – ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA.....	158
9.9.15	MARCO CIVIL DA INTERNET – LEI 12.965/2014.....	158
9.9.16	GDPR – LEGISLAÇÃO EUROPÉIA.....	158
9.9.17	LGPD – LEI 13.709/2018.....	159
9.9.17.1	O QUE É A LGPD?	159
9.9.17.2	QUAIS OS DIREITOS DOS TITULARES?	160
9.9.17.3	QUAIS AS PENALIDADES PARA O DESCUMPRIMENTO?	161
10.	DIREITO DIGITAL DO TRABALHO	165
10.1	O TELETRABALHO	165
10.2	SOBREAVISO NA ERA DIGITAL.....	166
10.3	MONITORAMENTO DE E-MAIL E ACESSO À INTERNET DO EMPREGADO	167
10.4	JUSTA CAUSA NA ERA DIGITAL.....	168
10.5	CONTRADITA DE TESTEMUNHAS POR AMIZADE EM REDES SOCIAIS DIGITAIS.....	169
11.	DIREITO DO CONSUMIDOR DIGITAL.....	171
11.1	DECRETO DO E-COMMERCE.....	173
11.2	DIREITOS DO CONSUMIDOR NA INTERNET.....	174
11.3	DEVERES DO FORNECEDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO BRASILEIRO.....	176
11.4	COMPRAS INTERNACIONAIS PELA INTERNET	177

12. DIREITO EMPRESARIAL DIGITAL.....	179
12.1 STARTUPS E EMPREENDEDORISMO DIGITAL	179
12.1.1 MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – LEI 13.243/16	188
12.1.2 PROTEÇÃO JURÍDICA DA IDEIA.....	189
12.1.3 CUIDADOS JURÍDICOS PARA EMPREENDER	202
12.1.4 SOCIEDADE DE FATO	203
12.1.5 FORMALIZAÇÃO DE UMA STARTUP	205
12.1.5.1 NDA – ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE	205
12.1.5.2 MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS.....	205
12.1.5.2 VESTING	206
12.2 SOFTWARE	207
12.2.1 LICENÇA DE SOFTWARE	207
12.2.2 SOFTWARE LIVRE E SOFTWARE PROPRIETÁRIO....	208
12.2.3 LEI DO SOFTWARE – LEI 9.609/98.....	209
12.2.4 COMO PROTEGER JURIDICAMENTE O SOFTWARE..	210
13. DIREITO E VÍDEO GAMES - VIDEO GAME LAW (E-SPORTS)	211
13.1 E-SPORTS NO BRASIL.....	211
13.2 PROJETOS DE LEI SOBRE E-SPORTS NO BRASIL.....	212
13.3 CONTRATOS DOS CYBER-ATLETAS	213
13.4 PRODUTOS CULTURAIS (EX-LEI ROUANET)	214
13.5 PIRATARIA DE JOGOS E DESBLOQUEIO DE CONSOLES DE VIDEO GAME	214
13.6 EMULADORES DE GAMES (PIRATARIA?)	216
13.7 USO INDEVIDO DE IMAGEM EM JOGOS	216
14. DIREITO DO YOUTUBE	217
14.1 YOUTUBERS E A POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS DO YOUTUBE.....	217
14.2 CONTENT ID E AS REIVINDICAÇÕES.....	219
14.3 O QUE É STRIKE.....	220
14.4 COMO NÃO PERDER O CANAL NO YOUTUBE.....	221
14.5 CASOS PRÁTICOS.....	221
15. DEEP WEB	229
15.1 O QUE É A DEEP WEB.....	229
15.2 COMO A DEEP WEB PODE SER ACESSADA.....	230

15.3 DESAFIOS JURÍDICOS	230
16. CONCLUSÃO.....	233